



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DUARTINA**

Estado de São Paulo

### **CONCURSO PÚBLICO**

#### **004. PROVA OBJETIVA**

##### **CONTROLADOR INTERNO**

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 (sessenta) questões objetivas.
- Confira seus dados impressos no cartão de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe imediatamente ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4h (quatro horas), já incluído o tempo para preenchimento do gabarito.
- Só será permitida a saída definitiva da sala, com este caderno, após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas da prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o gabarito.
- Até que você saia definitivamente do prédio, todas as proibições e orientações permanecem válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR O CADERNO.**

**Sistema de Controle interno na Administração Pública**

1. Na área pública, o controle interno tem o objetivo de ser, simultaneamente, um mecanismo de auxílio ao administrador público e um instrumento de proteção e defesa do cidadão. O controle contribui para que os objetivos da organização pública sejam alcançados e que as ações sejam conduzidas de forma econômica, eficiente e eficaz, resultando na salvaguarda dos recursos públicos contra o desperdício, o abuso, os erros, as fraudes e as irregularidades.

Considerando as formas de controle interno, pode-se afirmar que o disposto no artigo 60 da Lei nº 4.320/64: É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, constitui-se em um exemplo de controle:

- a) concomitante.
- b) corretivo.
- c) posterior.
- d) prévio.

2. Os tipos e as técnicas de controle interno atuam em tempos e formas diferentes, mas voltados para resultados comuns, visando assegurar a conformidade da atividade a determinadas regras ou normas. A partir disso, analise os itens a seguir:

I. O controle prévio é aquele que acompanha a realização do ato, para verificar a regularidade de sua formação e utiliza a técnica da contabilidade.

II. O controle concomitante é o que antecede a conclusão ou operatividade do ato e utiliza a técnica da fiscalização.

III. O controle subsequente é o que se efetiva após a conclusão do ato praticado, visando corrigir eventuais defeitos e utiliza a técnica da auditoria.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas no item III.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em nenhum dos itens.

3. Conforme o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Em relação ao Sistema de Controle Interno, analise as seguintes assertivas:

I - Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) é uma das finalidades do Sistema de Controle Interno.

II - O Sistema de Controle Interno é exercido pelo Poder Legislativo com o apoio do Tribunal de Contas.

III - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, é uma das finalidades do Sistema de Controle Interno.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I, II e III.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Apenas os itens I e II.

4. O conjunto de políticas, procedimentos e atividades realizados por uma entidade pública para verificar se o andamento das suas atividades ocorre conforme o seu planejamento é concebido como

- a) controle externo.
- b) controle interno.
- c) monitoramento sistemático.
- d) monitoramento e avaliação de impacto.

5. Um sistema de controle interno governamental pressupõe a existência de uma unidade central de controle interno com atribuições bastante amplas. Analise as assertivas a seguir:

I. As atribuições do controle interno incluem o exame das áreas de orçamento, de patrimônio, da gestão administrativa, exceto de contabilidade e finanças públicas, que é atribuição exclusiva do controle externo ou de empresa de auditoria independente.

II. Há algumas atribuições do controle interno que também são pertinentes ao controle externo, mas a atuação das duas esferas de controle não se confunde, pois a competência para julgar as contas dos administradores é do Tribunal de Contas e, portanto, a ele se subordina o controle interno.

III. O exercício do controle interno pode ocorrer em três momentos: prévio, quando o controle analisa o ato antes da execução; concomitante, quando se dá simultaneamente; e a posteriori, quando se dá após a sua ocorrência.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas no item III.
- b) Apenas nos itens I e III.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Apenas nos itens I e II.

6. A conformidade refere-se ao cumprimento das normas, leis e regulamentos que regem a administração pública. Analise os principais aspectos da conformidade e a relação com seus respectivos conceitos:

I - Controle interno e auditoria: Monitoramento contínuo das atividades e despesas públicas.

II - Regulação e normatização: Instrumento que assegura o direito da sociedade de acessar dados governamentais.

III - Lei de Acesso à Informação: Adoção de diretrizes e flexibilização de normas para garantir a eficiência das ações governamentais.

Após análise, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.

### **Contabilidade Pública como Instrumento de Controle**

7. Assinale a opção cujo conteúdo indica um dos objetivos dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral – RCPGs:

- a) Refletir o ciclo da administração pública.
- b) Evidenciar as mutações do patrimônio.
- c) Demonstrar os resultados alcançados pela entidade do setor público.
- d) Fornecer informações aos usuários para tomada de decisões.

8. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve evidenciar as variações patrimoniais, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária, conforme prevê a Lei nº 4320/1964. Assinale a alternativa que corresponde ao objeto da Contabilidade Pública.

- a) Dívida Pública
- b) Patrimônio Público
- c) Orçamento Público
- d) Despesas Orçamentárias

9. A NBC TSP – Estrutura Conceitual estabelece os pilares fundamentais para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. De acordo com ela, as

NBC TSP aplicam-se, de forma obrigatória, aos seguintes órgãos/entidades, exceto:

- a) Autarquias Estaduais.
- b) Defensoria Pública Estadual.
- c) Empresas Estatais Dependentes.
- d) Fundações Privadas que recebam recursos do poder público.

10. Segundo a NBC TSP 04 – Estoques tem como objetivo orientar na determinação do valor de custo dos estoques e seu subsequente reconhecimento como despesa no resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Com relação aos estoques, analise as seguintes afirmações:

I - Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

II - Os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento.

III - O custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

IV - O custo dos estoques deve ser atribuído pelo uso do critério último a entrar, primeiro a sair (UEPS); ou pelo critério do custo médio ponderado. Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.

11. Segundo a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados. Na composição do custo dos ativos, além do preço de compra, deduzidos tributos recuperáveis sobre a compra há outros custos diretamente atribuíveis. São exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- a) gastos de abertura de nova instalação;
- b) custos de frete, manuseio e preparação do local;
- c) gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço
- d) despesas administrativas e outros gastos indiretos;

### **Auditoria Governamental**

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

12. Assinale a opção que indica o instrumento a ser adotado, quando se está avaliando a eficácia dos resultados de uma entidade em relação aos recursos materiais, humanos e tecnológicos disponíveis, assim como a economia e a eficiência dos controles internos existentes para a gestão dos recursos públicos.

- a) Auditoria de conformidade.
- b) Auditoria Operacional.
- c) Auditoria das demonstrações contábeis.
- d) Auditoria de Sistemas Contábeis.

13. O processo de auditoria governamental envolve etapas estruturadas, desde o planejamento até o monitoramento das recomendações. Cada etapa possui objetivos próprios e inter-relacionados, fundamentais para a qualidade do trabalho de auditoria.

Considerando esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) O planejamento da auditoria define objetivos, escopo e metodologia dos trabalhos.
- b) A execução da auditoria prescinde de definição prévia de critérios de avaliação.
- c) O relatório de auditoria destina-se exclusivamente ao órgão auditado.
- d) A coleta de evidências é restrita à fase de planejamento.

14. A natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem realizados pelos membros da equipe de trabalho são elementos que fazem parte

- a) da gestão da auditoria.
- b) do processo de auditoria.
- c) da estratégia global de auditoria.
- d) do plano da auditoria.

15. Uma entidade, para verificar a implementação de políticas públicas pela Administração, em relação aos princípios da eficácia, economicidade, eficiência, equidade e efetividade, deve adotar a Auditoria

- a) de Conformidade.
- b) Operacional.
- c) de Demonstrações Contábeis.
- d) de Sistemas Contábeis.

16. No setor público, a auditoria, que tem como objetivo determinar se um particular objeto está de

acordo com as normas identificadas como critérios, é classificada como:

- a) Auditoria operacional.
- b) Auditoria de Demonstrações Contábeis.
- c) Auditoria de conformidade.
- d) Auditoria de Sistemas Contábeis e Financeiros Informatizados.

17. São elementos da auditoria do setor público: as três partes; objeto apropriado, critério aplicável, informação do objeto; tipos de trabalho etc. Nesse sentido, as três partes distintas, são:

- a) a empresa auditora, um representante da comunidade e o contador
- b) a empresa auditora, uma parte responsável e usuários internos da informação
- c) o auditor, o contador e uma parte responsável
- d) o auditor, uma parte responsável e os usuários previstos

### Execução Orçamentária

18. Os Restos a Pagar são despesas regularmente empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício financeiro. Elas são inscritas para pagamento no exercício seguinte. São considerados Restos a Pagar processados aqueles empenhados e liquidados:

- a) Pagos
- b) Não processados
- c) Processados
- d) Cancelados

19. Com base na Lei nº 4.320/64 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa correta em relação aos Restos a Pagar.

- a) são despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício, processadas ou não processadas.
- b) restos a pagar não processados são despesas liquidadas e não empenhadas.
- c) restos a pagar processados são despesas liquidadas e não pagas
- d) restos a pagar podem ser inscritos mesmo sem disponibilidade orçamentária.

20. Segundo a Lei nº 4.320/64 são classificadas como receitas de capital:

- a) Receita Agropecuária: receitas de atividades de exploração de recursos naturais como o cultivo

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

agrícola, de cultivo de espécies florestais para produção de madeira etc.

b) Amortização de Empréstimos: provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento.

c) Outras Receitas de Capital: receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente.

d) Operações de Crédito com recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos junto a entidades públicas.

21. Segundo o Manual Técnico de Orçamento – MTO 2025 e Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Esse princípio orçamentário é denominado

- a) Unidade.
- b) Universalidade.
- c) Exclusividade.
- d) Anualidade.

22. O art. 37 da Lei nº 4320/1964 dispõe que as despesas de exercícios anteriores, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento. Analise as assertivas abaixo para identificação de despesas de exercícios anteriores:

I - Despesas que não se tenham processado em época própria, empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente e o credor tenha cumprido sua obrigação dentro do prazo estabelecido;

II - Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

III - Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmativas estiverem corretas
- b) somente a afirmativa II estiver correta

c) somente as afirmativas II e III estiverem corretas

d) somente as afirmativas I e III estiverem corretas

### Análise das Demonstrações Contábeis Públicas

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município Alpha possui a seguintes informações:

Receitas (em R\$)		
Títulos	Previsão Inicial	Realizadas
Correntes	40.000,00	45.000,00
Capital	17.500,00	19.000,00

Despesas (em R\$)			
Títulos	Dotação Inicial	Empenhadas	Liquidadas
Correntes	40.000,00	25.000,00	18.000,00
Capital	17.500,00	11.000,00	10.500,00

Use os dados acima para questões 23, 24 e 25:

23. O quociente de execução da receita orçamentária é:

- a) 1,113
- b) 1,210
- c) 1,515
- d) 1,597

24. O quociente de execução da despesa orçamentária é:

- a) 0,689
- b) 0,895
- c) 0,626
- d) 0,500

25. O quociente de resultado orçamentário é:

- a) 1,515
- b) 1,778
- c) 1,642
- d) 1,118

26. A Lei nº 4.320/1964 determina em seu artigo 85 que os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. Analise os itens abaixo:

I. O quociente equilíbrio orçamentário deve demonstrar quanto a despesa fixada é maior em relação a receita prevista e revelará também o quanto foi aberto de créditos adicionais.

II. O quociente de resultado orçamentário deve demonstrar quanto da receita arrecada serve de cobertura para despesas fixadas.

III. O quociente de cobertura de créditos adicionais deve demonstrar quanto da despesa fixada foi utilizada da despesa executada.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas no item III.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em nenhum dos itens.

27. Uma empresa do setor público deseja avaliar sua capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo. O índice de Liquidez Corrente é calculado por:

- a)  $\text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total}$ .
- b)  $(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) \div \text{Passivo Circulante}$ .
- c)  $\text{Disponibilidades} \div \text{Passivo Circulante}$ .
- d)  $\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$ .

### **Lei de Responsabilidade Fiscal**

28. A Lei Complementar nº 101/2000 estabeleceu limites obrigatórios para os gastos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. No que diz respeito à apuração da base de cálculo para a verificação desses limites, a lei estabelece que:

- a) é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, sem deduções.
- b) é denominada de receita corrente nominal composta por receitas correntes e de capital, deduzidas as transferências constitucionais
- c) não são deduzidos dos cálculos, parcelas que os Estados entregam aos Municípios por determinação constitucional.
- d) será apurada pelo somatório das receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

29. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece como parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Riscos Fiscais. Sobre o Anexo de Riscos Fiscais assinale a alternativa correta:

- a) apresenta a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- b) estabelece as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública.
- c) acompanha a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- d) contém a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

30. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) estabeleceu limites sobre a despesa total de pessoal em cada período de apuração e em cada ente da Federação. Assinale a alternativa correta:

- a) Estados e Municípios, limite de 50%.
- b) União e Estados, limite de 50%.
- c) Estados e Municípios, limite de 60%.
- d) União e Estados, limite de 60%

31. No contexto do planejamento orçamentário público, o anexo que deve integrar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), contendo a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior e a trajetória da dívida pública, é o Anexo de:

- a) Riscos Fiscais.
- b) Metas Fiscais.
- c) Previsão de Receita.
- d) Despesas de Capital.

### **Patrimônio Público e Almoarifado**

32. Acerca dos métodos de inventário de bens públicos, analise as assertivas abaixo:

I - São essenciais para garantir o controle, a gestão e a transparência na administração dos bens pertencentes ao setor público.

II - Inventário por amostragem é um método que envolve a verificação do registro contábil de todos os bens públicos no sistema de controle patrimonial.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

III - O objetivo do inventário físico é garantir que os bens registrados nos sistemas de controle correspondam fisicamente ao que está disponível.

IV - A escolha do método de inventário independe das necessidades da organização pública, dos recursos disponíveis e da complexidade do patrimônio gerido.

Está correto o que consta em:

- a) I e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.

**33.** Segundo a NBCT 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis, o Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

No que tange ao patrimônio público, em relação aos bens móveis e imóveis é correto afirmar, exceto:

- a) Bens móveis são aqueles que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- b) São exemplos de bens imóveis: imóveis residenciais, móveis e utensílios, edifícios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais.
- c) São exemplos de bens móveis: veículos, aparelhos de comunicação, máquinas e equipamentos.
- d) Bens imóveis são os bens vinculados ao terreno, solo, que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

**34.** Considerando os aspectos relacionados à composição do patrimônio público, assinale a alternativa correta:

- a) O patrimônio público se limita aos bens públicos de uso comum, como hospitais e escolas, sem incluir bens de uso especial ou dominiais.
- b) O patrimônio público se refere de forma exclusiva aos bens destinados ao serviço público e não inclui recursos financeiros.

c) O patrimônio público abrange bens móveis e imóveis, além de outros direitos que a Administração Pública possua.

d) O patrimônio público se restringe aos bens de uso comum do povo, como praças e ruas.

### Fiscalização de Licitações e Contratos

**35.** No exercício da função de controle interno em uma Câmara Municipal, o servidor responsável deve acompanhar os processos licitatórios e contratuais, verificando sua conformidade com a legislação vigente e com os princípios da administração pública.

Nesse contexto, a atuação do controle interno na fiscalização de licitações tem como objetivo principal:

- a) Garantir a legalidade e a regularidade dos procedimentos
- b) Substituir a comissão de licitação na escolha do vencedor
- c) Autorizar diretamente a contratação de fornecedores
- d) Executar as despesas decorrentes dos contratos

**36.** Durante a análise de um processo licitatório, o setor de controle interno identificou que o edital continha exigências técnicas excessivas e sem justificativa, restringindo a participação de possíveis concorrentes. À luz da Lei nº 14.133/2021, essa situação indica possível violação ao princípio da:

- a) Publicidade
- b) Eficiência
- c) Economicidade
- d) Competitividade

**37.** No acompanhamento da execução contratual, o controle interno verificou que determinado contrato administrativo foi prorrogado sucessivamente sem a devida justificativa técnica e sem demonstração de vantajosidade para a Administração. Diante dessa situação, a atuação do controle interno deve:

- a) Considerar válida a prorrogação, por se tratar de prerrogativa administrativa
- b) Cancelar diretamente o contrato
- c) Encaminhar automaticamente ao Poder Judiciário
- d) Apontar a irregularidade, exigindo justificativa e análise de vantajosidade

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

38. Em auditoria interna, constatou-se que houve contratação direta por dispensa de licitação, porém sem a devida formalização do processo administrativo que justificasse a escolha do fornecedor e o preço contratado. Nesse caso, a principal falha identificada pelo controle interno refere-se à:

- a) Ausência de previsão orçamentária
- b) Falta de publicidade do edital
- c) Inexistência de contrato administrativo
- d) Ausência de motivação e formalização do processo

39. No exercício da fiscalização de contratos administrativos, o controle interno identificou que a execução contratual ocorreu com alterações quantitativas superiores aos limites legais, sem a formalização adequada por termo aditivo e sem justificativa técnica consistente. Considerando os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica, conclui-se que a situação:

- a) Configura irregularidade, podendo comprometer a validade do contrato
- b) É válida, desde que haja interesse público
- c) Pode ser regularizada posteriormente sem prejuízo
- d) Não possui relevância para fins de controle interno

40. No âmbito da Administração Pública, a prestação de contas constitui instrumento essencial de controle, permitindo a verificação da correta aplicação dos recursos públicos e da legalidade dos atos praticados pelos gestores.

Nesse contexto, a prestação de contas tem como principal finalidade:

- a) Substituir o controle externo realizado pelos Tribunais de Contas
- b) Demonstrar a regularidade da gestão e a correta aplicação dos recursos públicos
- c) Autorizar previamente a execução das despesas públicas
- d) Garantir autonomia total ao gestor na aplicação dos recursos

41. Em auditoria interna realizada em uma Câmara Municipal, foi identificado que determinado gestor deixou de apresentar a prestação de contas no prazo

legal, apesar de ter movimentado recursos públicos durante o exercício.

Diante dessa situação, à luz dos princípios da administração pública e das normas de controle, a omissão caracteriza:

- a) Situação regular, desde que os recursos tenham sido utilizados
- b) Falha meramente formal, sem impacto no controle
- c) Irregularidade relevante, podendo ensejar responsabilização
- d) Situação irrelevante, pois será analisada apenas pelo controle externo

42. No processo de tomada de contas, o controle interno identificou indícios de dano ao erário decorrente de pagamentos realizados sem a devida comprovação da execução do serviço contratado.

Nesse caso, a atuação adequada do controle interno deve:

- a) Desconsiderar a irregularidade, pois a despesa já foi paga
- b) Apurar os fatos, identificar responsáveis e quantificar o dano
- c) Encaminhar diretamente ao Poder Judiciário sem análise prévia
- d) Regularizar o processo administrativamente sem registro da falha

43. Durante a análise de processos de prestação de contas, o controle interno verificou inconsistências entre os registros financeiros e os documentos comprobatórios apresentados, indicando possível divergência na execução orçamentária e financeira. Considerando os princípios da accountability, da transparência e do controle da gestão pública, conclui-se que:

- a) A inconsistência pode ser desconsiderada se não houver prejuízo imediato ao erário
- b) A prestação de contas deve ser aceita, desde que parcialmente comprovada
- c) A divergência compromete a confiabilidade das informações e exige apuração detalhada
- d) A análise deve ser suspensa até manifestação do controle externo

### **Riscos, Irregularidades e Responsabilização**

44. No âmbito da Administração Pública, a gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar e

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

tratar eventos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais e a regularidade da gestão.

Nesse contexto, a adoção de práticas de gestão de riscos contribui principalmente para:

- a) A prevenção de falhas e irregularidades
- b) A eliminação total dos riscos existentes
- c) O aumento da discricionariedade do gestor
- d) A redução da necessidade de controle externo

**45.** Durante análise de processos administrativos, o controle interno identificou fragilidades em procedimentos que aumentam a possibilidade de ocorrência de erros e irregularidades, embora ainda não tenha sido constatado dano ao erário.

Diante dessa situação, a atuação mais adequada do controle interno é:

- a) Aguardar a ocorrência de prejuízo para agir
- b) Considerar a situação regular, pois não houve dano
- c) Encaminhar diretamente ao Tribunal de Contas
- d) Registrar o risco identificado e recomendar medidas preventivas

**46.** Em auditoria interna, foi identificado pagamento indevido a fornecedor, decorrente de falha no processo de conferência da execução contratual, resultando em prejuízo ao erário.

Nessa situação, a irregularidade caracteriza:

- a) Falha meramente formal, sem necessidade de apuração
- b) Situação regular, pois houve pagamento autorizado
- c) Irregularidade com potencial de responsabilização
- d) Evento irrelevante para o controle interno

**47.** O controle interno, ao identificar indícios de irregularidade em processo administrativo, deve adotar medidas que assegurem a apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos, respeitando o devido processo legal.

Nesse contexto, é correto afirmar que o controle interno deve:

- a) Aplicar penalidades diretamente aos responsáveis
- b) Ignorar a irregularidade se não houver dolo comprovado
- c) Encerrar o processo internamente sem registro

d) Encaminhar a apuração às instâncias competentes

**48.** No exercício de suas funções, o controle interno identificou a ocorrência de falhas recorrentes em processos administrativos, associadas à ausência de controles preventivos, o que vem aumentando o risco de irregularidades e prejuízos ao erário.

Considerando os princípios da governança pública e da gestão de riscos, conclui-se que a atuação adequada do controle interno deve:

- a) Limitar-se à identificação das falhas já ocorridas
- b) Priorizar apenas a responsabilização dos agentes envolvidos
- c) Transferir a responsabilidade integral ao controle externo
- d) Atuar de forma preventiva, propondo melhorias nos controles e mitigação dos riscos

### **Transparência, Controle Social e Acesso à Informação**

**49.** A transparência na Administração Pública é um dos pilares da gestão democrática, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize a atuação dos gestores públicos. Nesse contexto, o acesso à informação é um direito fundamental do cidadão. Nesse cenário, a transparência pública contribui diretamente para:

- a) O fortalecimento do controle social sobre a gestão pública
- b) A restrição do acesso às informações administrativas
- c) A substituição do controle externo
- d) A redução da responsabilidade dos gestores

**50.** Um cidadão solicitou, com base na Lei nº 12.527/2011, informações sobre contratos firmados por determinada Câmara Municipal. O setor responsável, no entanto, negou o acesso sem apresentar justificativa formal. À luz da legislação de acesso à informação, essa conduta caracteriza:

- a) Procedimento adequado, pois a informação é interna
- b) Situação regular, pois depende de autorização do gestor
- c) Irregularidade, pois a negativa deve ser motivada
- d) Conduta válida, desde que o pedido seja genérico

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

**51.** Durante auditoria, o controle interno verificou que informações obrigatórias, como despesas e contratos administrativos, não estavam sendo divulgadas no portal da transparência do órgão.

Diante dessa situação, a atuação do controle interno deve:

- a) Considerar a situação regular, desde que os dados existam internamente
- b) Recomendar a divulgação das informações, garantindo transparência ativa
- c) Encaminhar diretamente ao Poder Judiciário
- d) Aguardar manifestação do controle externo

**52.** No exercício de suas atribuições, o controle interno identificou que determinadas informações foram classificadas como sigilosas sem fundamento legal, restringindo o acesso da sociedade a dados relevantes sobre a gestão pública. Considerando os princípios da publicidade, da transparência e da legalidade, conclui-se que:

- a) A classificação como sigilo pode ocorrer por decisão discricionária do gestor
- b) O sigilo deve prevalecer sempre que houver interesse administrativo
- c) A restrição de acesso é válida, desde que não haja solicitação formal
- d) A classificação indevida como sigilo compromete a transparência e deve ser revista

### **Ética e Governança na Administração Pública**

**53.** A ética na Administração Pública está diretamente relacionada à conduta dos agentes públicos, exigindo atuação baseada em princípios como honestidade, imparcialidade e respeito ao interesse coletivo. Nesse contexto, a atuação ética do agente público tem como finalidade:

- a) Garantir a supremacia do interesse público sobre interesses individuais
- b) Assegurar liberdade total na tomada de decisões
- c) Priorizar interesses pessoais quando não houver fiscalização
- d) Reduzir a necessidade de normas e controles

**54.** Durante a análise de processos administrativos, o controle interno identificou que determinado servidor participou de decisão que envolvia empresa com a qual mantinha vínculo pessoal, sem declarar conflito de interesses.

Diante dessa situação, à luz dos princípios éticos e de governança, conclui-se que houve:

- a) Situação regular, pois não há vedação expressa
- b) Irregularidade, por violação aos princípios da imparcialidade e integridade
- c) Conduta aceitável, desde que não haja prejuízo ao erário
- d) Situação irrelevante para fins de controle interno

**55.** No âmbito da governança pública, o controle interno exerce papel fundamental na promoção da integridade, da transparência e da responsabilização dos agentes públicos, contribuindo para a melhoria da gestão e prevenção de irregularidades.

Considerando esse papel, a atuação alinhada às boas práticas de governança deve:

- a) Limitar-se ao cumprimento formal das normas
- b) Priorizar apenas a punição de irregularidades já ocorridas
- c) Atuar de forma preventiva, fortalecendo controles e promovendo integridade
- d) Transferir a responsabilidade pela governança ao controle externo

### **Legislação orgânica**

**56.** A Lei Orgânica do Município de Duartina dispõe que a soberania popular será exercida por determinados meios. Assinale a alternativa que não corresponde a um meio previsto na Lei Orgânica:

- a) Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com igual valor para todos.
- b) Pelo referendo, quando, pelo menos, 20% (vinte por cento) do eleitorado o requerer.
- c) Pela iniciativa popular no processo legislativo, quando pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado requerer.
- d) Pela participação nos Conselhos Populares.

**57.** Assinale uma alternativa que não representa uma vedação ao Município prevista na Lei Orgânica do Município de Duartina:

- a) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- b) Dar fé aos documentos públicos.
- c) Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

d) Subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.

c) Decretos Legislativos.

d) Emendas à Constituição Municipal.

**58.** Assinale a alternativa que representa incorretamente uma competência privativa da Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Duartina:

a) Conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para afastamento do cargo.

b) Aprovar ou não iniciativas do Poder Executivo que repercutam sobre o meio-ambiente.

c) Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração.

d) Fiscalizar e controlar, mas apenas de forma indireta, os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta.

**59.** A Lei Orgânica do Município de Duartina estabelece vedações aos vereadores. Apresente a alternativa incorreta sobre o tema: “Os Vereadores não poderão:”

a) Desde a expedição do diploma, firmar ou manter contato com pessoa jurídica de direito público, autarquia empresa pública, sociedade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público, no âmbito e em operação no município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

b) Mesmo antes da expedição do diploma, mas desde a data da eleição, firmar ou manter contato com pessoa jurídica de direito público, autarquia empresa pública, sociedade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público, no âmbito e em operação no município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

c) Desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor da empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município ou nela exercer função remunerada.

d) Desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

**60.** O processo legislativo do Município de Duartina não compreende a elaboração de:

a) Emendas à Lei Orgânica Municipal.

b) Leis Ordinárias.